

## **Uma Abordagem Histórico-Sonora do Gualaxo do Norte: interfaces entre inventários e ensino**

**A Historical-Sound Approach of Gualaxo do Norte: interfaces  
between inventories and teaching**

*Virgínia Buarque*<sup>1</sup>

*Cesar Maia Buscacio*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde cursou a Graduação (1989), Mestrado (1994) e Doutorado (2005). Realizou pós-doutorado em Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2013-2015) e é pós-doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (2020). Professora do Departamento de Música da Universidade Federal de Ouro Preto desde 2006 e integrante do Programa de Pós-Graduação em História. Pesquisa principalmente os seguintes temas: História do Cristianismo, Música e Interdisciplinaridade, Ensino de História (com destaque às memórias locais). E-mail: [virginiacastrobuarque@gmail.com](mailto:virginiacastrobuarque@gmail.com).

<sup>2</sup> Bacharel em piano (UFMG – 1987), mestre em Música e Educação (UNIRIO – 2003), doutor em História Social (UFRJ – 2009), pós-doutor em Música (EHES – França, 2014) e pós-doutorando em Música na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Tem experiência nas áreas de Performance Musical, Musicologia e Educação Musical. Professor-fundador do Departamento de Música da Universidade Federal de Ouro Preto e diretor do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da UFOP (2016-2019). E-mail: [cesarbuscacio@gmail.com](mailto:cesarbuscacio@gmail.com).

## Resumo

Este artigo introduz questões relativas à interpretação histórico-sonora do entorno do rio Gualaxo do Norte, Estado de Minas Gerais, desenvolvidas, neste ano em curso, pelos autores na pesquisa de pós-doutorado em História. Essa espacialidade ganhou projeção mundial devido às funestas consequências da queda da Barragem de Fundão, ocorrida em novembro de 2015, evento que suscitou intensas mobilizações por reparações às comunidades e ao meio ambiente, inclusive no âmbito da memória e do patrimônio. Iniciamos o artigo analisando os inventários patrimoniais realizados, no início do século XXI, pelas prefeituras dos municípios de Mariana e Barra Longa, os quais abarcam áreas e construções próximas ao Gualaxo do Norte, consideradas bens culturais. A seguir, apresentamos material didático, elaborado em versão QRCode, acerca das sonoridades mencionadas em memórias e relatos de viajantes nos séculos XVIII e XIX, cotejando com os silenciamentos daqueles inventários quanto à diversidade de percepções sensoriais ali vivenciadas.

**Palavras-chave:** Sonoridade. Gualaxo do Norte. Inventário. Ensino de História.

## Abstract

This article introduces questions that have been developed by the authors in the postdoctoral research in History this year 2020, regarding the historical-sound interpretation of the surroundings of the Gualaxo do Norte river, state of Minas Gerais. This spatiality gained worldwide projection due to the dire consequences of the fall of the Fundão Dam, which occurred in November 2015, an event that caused intense mobilizations for repairs to communities and the environment, including in terms of memory and patrimony. We started the article by analyzing the patrimonial inventories carried out by the municipalities of Mariana and Barra Longa at the beginning of the 21st century, which encompass areas and constructions close to Gualaxo do Norte that have been considered cultural assets. Next, we present the didactic material that we prepared in QRCode version about sonorities that, echoing in that same region, were mentioned in memories and reports of travelers produced in the 18th and 19th centuries, coming to compare it with the silences of those inventories as to the diversity of sensory perceptions experienced there.

**Keywords:** Sonority. Gualaxo do Norte. Inventory. History Teaching.

## 1. Introdução

Em março de 2020, os dois autores deste artigo, portadores de uma trajetória acadêmica nos campos da História e da Música, iniciaram, em parceria, seus estágios pós-doutorais.<sup>3</sup> A opção pelo trabalho conjugado decorreu do comum anseio de que esta pesquisa viesse a constituir-se em mediação solidária e, se possível, propositiva, à irreparável experiência de perda vivenciada pelas comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, localizada no município de Mariana, Estado de Minas Gerais. Em 5 de novembro de 2015, quando essa estrutura de contenção de rejeitos de minérios, de propriedade da empresa Samarco S/A<sup>4</sup>, veio a ruir, milhares de toneladas de lama foram derramadas no rio Gualaxo do Norte, soterrando três povoados situados em suas margens: Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, distritos de Mariana, e Gesteira, distrito de Barra Longa. A contaminação das águas do Gualaxo do Norte pela queda da Barragem também comprometeu gravemente o meio ambiente e as condições de vida em muitos outros lugares com efeitos danosos, estendendo-se até o desembocar do rio Doce no Oceano Atlântico, no Estado do Espírito Santo. Daí a escolha da espacialidade histórico-cultural do Gualaxo do Norte como temática basilar de nossa pesquisa.

Este artigo encontra-se dividido em dois tópicos distintos, mas encadeados. Inicialmente, serão elencados os marcos de memória que, situados às margens do Gualaxo do Norte, foram privilegiados nos inventários de

---

<sup>3</sup> Tais estágios estão sendo promovidos junto à Universidade Federal Fluminense e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos programas de pós-graduação vinculados às respectivas áreas de formação inicial dos autores. Aproveitamos a oportunidade para agradecer à supervisão da professora Martha Abreu, do PPGH da UFF, e da professora Andrea Adour, do PPGMUS da UFRJ. Aproveitamos o ensejo para agradecer à leitura crítica da Profa. Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha, que muito nos auxiliou.

<sup>4</sup> A empresa Samarco S/A é atualmente controlada pela Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton.

patrimônio realizados pelas prefeituras de Mariana e de Barra Longa na primeira década do século XXI. Indicaremos como tais documentos não só conferiram prevalência a expressões do poderio territorial-econômico e religioso, em paralelo à ausência de menção ao rio Gualaxo do Norte como referência histórico-cultural, como também silenciaram em relação a outras linguagens que não fossem a arquitetônica. Já como exemplo de uma abordagem alternativa, apresentaremos dois relatos sobre a experiência histórica constituída nas proximidades do rio Gualaxo do Norte sob o viés das sonoridades. Esses textos foram por nós elaborados e, com o indispensável aporte de bolsistas de iniciação científica e de um pós-graduando<sup>5</sup>, foram subsequentemente gravados e transpostos para QR Codes, no intuito de serem disponibilizados como material didático para o ensino de História.

A interpretação de que sujeitos e comunidades possam ter mantido relações com o entorno do Gualaxo do Norte por meio de sonoridades consiste, para nós, em um desafio teórico e político – afinal, evanescentes no tempo, desaparecendo em termos físico-acústicos imediatamente após sua expressão (a menos que fossem captadas pelas tecnologias de gravação desenvolvidas na modernidade), as sonoridades remetem a uma sensibilidade que tende tanto a escapar de capturas por dispositivos de controle social, como a suscitar subversões cotidianas. Nessa perspectiva, ao destacar o potencial desviante dos atos de enunciação, Certeau indica que, bem no cerne da cultura clássica estudada por Foucault,

[...] o outro retorna sob a forma de “ruídos e urros” ou de “doces e graciosos sons”. [...] Tanto o objeto visto é descritível, homogêneo às linearidades do sentido enunciado e do espaço construído, como a voz cria um abismo, abre uma brecha no texto, restaura um corpo-a-corpo. Voz em “*off*”. O que sai da

---

<sup>5</sup> Registramos nosso agradecimento a Mariana Bicalho Camelo, Laura de Figueiredo I. Ribeiro e Isaías Gabriel Franco.

boca e o que entra pelo ouvido pode ser da ordem do arrebatamento. Então os “ruídos” superam a “mensagem”, e o cantado supera o falado (CERTEAU, 1982, p. 230; 234).<sup>6</sup>

## 2. O Gualaxo do Norte em inventários de patrimônio cultural

Iniciamos nossa pesquisa com o levantamento de registros documentais que elencassem os marcos de memória considerados significativos para a região do Gualaxo do Norte<sup>7</sup>. Nesse esforço, constatamos que essa área só veio a ter sua importância patrimonial oficialmente reconhecida pelo poder público no século XXI, em parte devido à legislação federal que determinava aos municípios a realização de inventários referentes a seu acervo cultural, na dupla dimensão do material e do intangível.<sup>8</sup>

Tratava-se, efetivamente, de uma conjuntura de mudanças na política patrimonial do país. Se, até a década 1980, o Estado exercera, de maneira praticamente exclusiva, um papel norteador no campo do patrimônio, associando-o à constituição de uma identidade nacional ainda inacabada, a partir daí, no bojo do processo de redemocratização, agentes da sociedade civil (como ONGs, movimentos e grupos sociais, empresas...) passaram a reivindicar

---

<sup>6</sup> Em sua tese de doutorado em Engenharia, Claudia Maria de Holanda Rocha também se apoia em Certeau para articular sonoridades e poderes. Assim, segundo a autora, sob o aparato tecnológico da modernidade, “as manifestações sonoras podem também atuar como táticas (cf. Certeau) de contra uso do espaço por agentes que aspiram à visibilidade e marcação de territórios, como também para compor a estratégia do poder instituído” (ROCHA, 2017, p. 128).

<sup>7</sup> Compreendemos como “marcos de memória” manifestações que, com base nas propriedades das linguagens com que são promovidas (sons, gestos, imagens, formas etc.), bem como em suas condições de produção e de compartilhamento/censura, confirmam e até mesmo consolidam determinadas características, sentidos e relevância específicos a uma dada rememoração social. Assim, segundo o sociólogo Michael Pollak, “se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que, na maioria das memórias, existem marcos ou pontos relativamente invariantes [...]” (POLLAK, 1992, p. 2). Obviamente, os marcos de memória são campos de luta simbólico-política, sendo alvo de apropriações, desqualificações, manipulações etc.

<sup>8</sup> Cf. Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000.

e, por vezes, até a contestar o reconhecimento oficial de patrimônios culturais, em embates que implicavam a busca por legitimação de identidades plurais (GONÇALVES, 2015, p. 213). De forma concomitante, a política patrimonial também foi alterada no plano internacional, vindo a comportar considerável alargamento. Os “bens históricos e culturais”, até então majoritariamente vinculados a expressões arquitetônicas e artísticas, passaram a incorporar a dimensão “intangível”, em consonância com diretrizes emitidas pela Unesco<sup>9</sup> e abordagens provindas, em grande medida, do saber antropológico (GONÇALVES, 2015, p. 219-220; ARCURI; LAIA; SUÑER, 2015, p. 225)<sup>10</sup>.

Nesse contexto, foi criado em 2003, em Mariana, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAT) que, em 2009, editou o *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana (IPAC)* (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2009). Nesse documento, os povoados situados às margens do Gualaxo do Norte foram distribuídos em dois vetores ou “linhas guias”<sup>11</sup>, da seguinte maneira: Bento Rodrigues, Bicas e Ponte do Gama, no vetor 1; Paracatu de Baixo e Pedras, no vetor 2; Brotas não foi citado.

Em paralelo, apesar das amplas reelaborações nas concepções de patrimônio, os marcos de memória do *Inventário*, situados às margens do Gualaxo do Norte, comportavam, majoritariamente por um lado, igrejas e

---

<sup>9</sup> A exemplo da *Lista de Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade*, divulgada em 2001 e constituída, sobretudo, por indicações relativas às chamadas culturas tradicionais e populares da Ásia, África e América Latina, ou da *Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial*, datada de 2003.

<sup>10</sup> A despeito dos avanços ético-políticos e histórico-culturais trazidos por esse marco regulatório, vários questionamentos têm sido proferidos acerca dos “[...] limites definidos pela falsa dicotomia traçada entre materialidade e imaterialidade do patrimônio, evidenciando os desafios ante a arbitrariedade dos processos de escolha, mesmo nos casos de justo reconhecimento de saberes e fazeres do chamado patrimônio ‘intangível’.” (ARCURI; LAIA; SUÑER, 2015, p. 225).

<sup>11</sup> “Foram estabelecidas linhas guias que dividiram os distritos do município para inventário, de acordo com localização geográfica, infraestrutura e semelhança de elementos da paisagem. Assim, quatro pequenos vetores de estudo foram criados” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2009, p. 3).

capelas e, por outro, fazendas<sup>12</sup>. Há apenas uma menção ao patrimônio intangível da região do Gualaxo do Norte: a Folia de Reis de Paracatu de Baixo.

Figura 1- Vetores de estudo do Plano de Inventário do Acervo Cultural de Mariana (2003).  
Mapa esquemático, sem escala.



Fonte: PREFEITURA DE MARIANA, 2009, p. 9. Reproduzido pelos autores em *word*.

<sup>12</sup> O *Inventário* mencionava os seguintes bens materiais a serem preservados: a Igreja de São Bento e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, no subdistrito de Bento Rodrigues; a Capela Santo Antônio, no subdistrito de Paracatu de Baixo; a Capela Santo Antônio, no subdistrito de Pedras, integrante do distrito de Furquim, e a Fazenda Gualaxo, também no subdistrito de Pedras. Ademais, como o *Inventário* privilegiou o estudo do vetor 4, referente à sede urbana, apenas os bens relativos a essa área foram acompanhados por fichas temáticas com dados histórico-culturais. Dessa forma, os bens às margens do Gualaxo do Norte foram apenas nominados no documento de 2009.

Em 2014, foi aprovada no município de Mariana uma nova lei que instituía o registro de bens culturais de natureza imaterial<sup>13</sup>, mas, até a queda da Barragem de Fundão, não houve novas inclusões de marcos de memória do Gualaxo do Norte no *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana*.

De forma similar, o *Inventário de Patrimônio de Barra Longa* (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA, 2017) também indicava como bens relevantes dos povoados estabelecidos junto ao Gualaxo do Norte algumas capelas e fazendas.<sup>14</sup>

Por que tais edificações foram tidas como prioritárias na indicação dos bens culturais da região do Gualaxo do Norte, em um contexto de transformações na ótica patrimonial no Brasil e no Ocidente? Por que embates por reconhecimento público, travados no campo cultural-simbólico, tiveram limitada a repercussão na produção dos inventários patrimoniais de Mariana e Barra Longa, com exceção da inclusão da prática da Folia de Reis em Paracatu de Baixo?

Respostas para essas questões talvez possam ser encontradas em estudos que se dedicaram a analisar o perfil de patrimonialização adotado no Brasil desde que tal política passou a ser oficialmente assumida pelo Estado por meio da constituição do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, na década de 1930, sob a inspiração de intelectuais modernistas como Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre outros. É assim possível compreender que, em contraste com a vanguarda

---

<sup>13</sup> Lei 2.950, de 17 de dezembro de 2014.

<sup>14</sup> Foram incluídas nesse *Inventário* a Capela Nossa Senhora da Conceição, a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, a Fazenda da Gesteira, a Fazenda Esperança, a Fazenda Monte Alegre, a Fazenda do Ocidente, a Fazenda Almecega, a Fazenda do Congo e a Fazenda Boa Vista da Outra Banda (da qual iniciado processo de tombamento municipal em 2016, conforme processo enviado ao IEPHA/MG), todas no povoado de Gesteira; no povoado de Barreto, é mencionada a Fazenda Vista Alegre.

européia, o modernismo brasileiro distinguiu-se por adotar uma perspectiva conservadora, a qual, ao invés de celebrar a ruptura da modernidade, empenhava-se por conciliar passado e presente da história nacional, com vistas a um futuro grandioso a ser construído (GONÇALVES, 2015, p. 218). Tal enlace de continuidade histórica implicava também a seleção de narrativas que fortalecessem o imaginário de uma nação coesa, na qual as diversidades regionais pudessem ser inseridas pelo viés do “típico” (tão facilmente estereotipado) e de forma subordinada a um Estado centralizado, enquanto os violentos conflitos político-sociais eram minimizados ou estigmatizados. Na constituição desse ideário, os marcos de um passado supostamente glorioso – pelo fato de ter sido associado à conquista de riquezas, à moral civilizatória católica e ao inconformismo quanto ao jugo colonial, num apelo à emancipação política – obtiveram destaque.

As edificações arquitetônicas e as produções artísticas coloniais de Minas também receberam atenção especial dessa política patrimonial modernista, pois elas eram tomadas como referência desta específica formulação histórico-cultural: o barroco mineiro, do qual supostamente emergiria a nação brasileira. Mais, ainda, em tal estética, convergiam diferentes estilos da arte europeia, “sendo forjadas uma ancestralidade e uma herança que permitiriam à nação prosseguir acompanhando, sincronicamente, a partir de então, a evolução da ‘arte universal’” (CHUVA, 2003, p. 325-326). De forma concomitante, o mesmo “barroco” seria suficientemente difuso para permitir sua inserção em um processo de modernização da arte e da cultura no Brasil. Com isso, prédios públicos (sede de governo, do legislativo e dos órgãos judiciários, instalações militares, alfândegas etc.) e particulares (sobrados, fazendas...), templos católicos e sua correspondente arte sacra e, mesmo o conjunto de um sítio urbano, poderiam ser alçados à condição de expressão simbólica de uma

nacionalidade que já emanaria no século XVIII e, justamente por isso, deveriam ter seus registros preservados da destruição.

Delineava-se, portanto, uma “retórica da perda”, na expressão do antropólogo José Reginaldo Gonçalves, que se fazia acompanhar, por sua vez, pela valorização da constituição de museus ou espaços musealizados, cujos objetos poderiam ser fruídos esteticamente ou consumidos como mercadorias (GONÇALVES, 2015). Foi esse ideário que norteou a instituição do “Programa das Cidades Históricas” na década de 1970, pelo qual o governo federal articulou as ações de proteção ao patrimônio urbano com o incremento do turismo cultural, com toda rede de serviços (e captação de renda) associada a esse setor. Daí também a emergência de uma série de tensões entre a gestão administrativa dessas “cidades históricas” e as vivências cotidianas dos moradores que, muitas vezes, sentiam-se desprovidos de condições (e de interesse) para participar de tal dinâmica.

A confluência desses ideários e projetos relativos à cultura, ao patrimônio e ao turismo no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1980, resultou em que o foco das atenções estivesse concentrado em torno de um rio vizinho ao Gualaxo do Norte – o Ribeirão do Carmo –, que banha a sede urbana de Mariana, antigo arraial surgido ao final do século XVII. Elevada ao estatuto de vila, sob a denominação de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo em 1711, Mariana tornou-se cidade, em 1745, ao usufruir da condição de sede do bispado criado nessa data, quando também recebeu o novo nome como tributo simbólico à rainha D. Mariana da Áustria, esposa do rei de Portugal D. João V. O segundo polo de destaque da região eram os arraiais reunidos na Vila Rica de Albuquerque, igualmente criada em 1711<sup>15</sup> e tornada sede da comarca de Ouro

---

<sup>15</sup> O nome foi atribuído em referência ao capitão general Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho, nomeado governador das capitânicas de Minas e São Paulo. O rei D. João V retirou o "Albuquerque", e adotou o "Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar", para homenagear a padroeira da cidade.

Preto<sup>16</sup>, fundada em 1714, e do governo da Capitania de Minas, estabelecida em 1720<sup>17</sup>. Mantendo tal posição política com a emancipação do país<sup>18</sup>, Vila Rica foi também alçada, em 1823, ao *status* de Imperial Cidade de Ouro Preto.

Outro motivo para a primazia patrimonial desfrutada por Vila do Carmo/Mariana e Vila Rica/Ouro Preto sobre os povoados situados ao longo do Gualaxo do Norte, além das posições que ocupavam como sede eclesiástica e capital política durante os séculos XVIII e XIX, é comumente atribuído à elevada qualidade e altos quantitativos da produção aurífera do Ribeirão do Carmo. Vila Rica, por seu turno, banhada pelo ribeiro Tripuí e abarcando em seu Termo<sup>19</sup> nascentes de outros tantos rios (inclusive do Gualaxo do Norte), concentrava a confluência das vias de comércio regional, bem como os estabelecimentos de tributação e de controle militar metropolitanos.

Vale observar, em contrapartida, que a patrimonialização dos marcos de memória político-econômica e religiosa de Mariana e Ouro Preto só veio a ser promovida em um contexto de diminuição do efetivo peso político da antiga elite do Centro mineiro frente às lideranças do Sul e da Zona da Mata, enriquecidas com as exportações agrárias, sobretudo cafeeiras, o que inclusive havia contribuído para a transferência da capital do Estado para o antigo arraial de Curral del-Rei, depois denominado cidade de Belo Horizonte, em 1897. Esvaziadas dos embates do tempo presente, agora travadas sob o novo regime

---

<sup>16</sup> A comarca era uma divisão judiciária das capitanias, disposta sob a autoridade de um ouvidor-geral.

<sup>17</sup> Buscando-se maior controle da tributação sobre a extração aurífera e contenção das violentas disputas de poder na região, a exemplo da Guerra dos Emboadas, foi criada, nesse mesmo ano, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em território separado da Capitania do Rio de Janeiro. A Vila de São Paulo de Piratininga foi escolhida como capital da nova Capitania. Com a criação da Capitania de Minas, Vila Rica tornou-se sua capital em 1721.

<sup>18</sup> Vila Rica manteve-se como capital da província de Minas Gerais durante o Império.

<sup>19</sup> Área que comportava a sede urbana, os povoados e o espaço rural, de forma análoga à atual concepção territorial de município.



Não obstante, com a queda da Barragem de Fundão em 2015, a abordagem patrimonial promovida pelas prefeituras de Mariana e Barra Longa passou por alterações. Em 2016, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana aprovou o tombamento da Igreja Nossa Senhora das Mercês, no subdistrito de Bento Rodrigues<sup>20</sup> e, devido à possibilidade de construção de um dique junto ao núcleo urbano do antigo povoado, esse Comitê aprovou igualmente o tombamento daquele sítio. Todavia,

[...] devido a diferentes fatores e interesses políticos e econômicos, o tombamento da Igreja das Mercês foi concluído, mas o do núcleo urbano ainda permanece inconcluso. Não parece difícil imaginar o motivo: o tombamento municipal de Bento Rodrigues criaria regras que tornariam a possibilidade de novos impactos na localidade, como a construção de um novo dique, uma tarefa mais difícil (UFMG/ICOMOS, 2019, p. 20).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a consulta aos inventários patrimoniais dos municípios de Mariana e Barra Longa pouco elucidada “sobre a história dessa região [do Gualaxo do Norte] e os bens culturais que possuem importância para seus moradores, como as festas religiosas, os lugares de lazer, a prática artesanal e as ruínas que ainda registram um pouco de vida do passado” (LIMA; MUNIZ, 2017, p. 12).

O próprio rio Gualaxo do Norte – referência tão expressiva para a localidade – não foi incluído nos inventários patrimoniais municipais. Levantamentos geográficos indicam que sua bacia banha uma área de 253km, tendo como principais afluentes os córregos Ouro Fino, Bento Rodrigues, Santarém (também conhecido pela população como Moisés) e Mirandinha

---

<sup>20</sup> Em 18 de setembro de 2018, o tombamento da Igreja das Mercês também foi aprovado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

(UFMG/ICOMOS, 2019 p. 33)<sup>21</sup>. Após percorrer os distritos de Santa Rita Durão, Camargos, Monsenhor Horta e Furquim, no município de Mariana (SOUZA, 2004, p. 65), o Gualaxo do Norte adentra no município de Barra Longa, confluindo com o rio Gualaxo do Sul. Os dois rios unem-se então ao Ribeirão do Carmo que, quilômetros abaixo, juntam-se ao rio Piranga para formar o rio Doce (UFMG/ICOMOS, 2019, p. 23; 100)<sup>22</sup> em um trajeto entrecruzado por atrativas quedas d'água, como a cachoeira de Ouro Fino.

Buscando maiores informações históricas sobre o Gualaxo do Norte, procedemos à consulta de trabalhos publicados por dois importantes historiadores mineiros da primeira metade do século XX – cônego Raimundo Trindade<sup>23</sup> e Diogo de Vasconcelos<sup>24</sup>. Com base nesses estudos, foi possível constatar que o curso desse rio já era conhecido desde os primórdios da colonização mineira, devido à extração de ouro que logo veio a ser realizada em

---

<sup>21</sup> O córrego Águas Claras também integra a sub-bacia do Gualaxo do Norte, embora seja particularizado por sua importância na região; também o ribeirão Boa Vista/Paciência é individualizado por ser cabeceira de outras bacias que confluem para além do município de Mariana (SOUZA, 2004, p. 64).

<sup>22</sup> De acordo com o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do rio Doce, a bacia do rio Gualaxo do Norte encontra-se inserida na bacia do rio do Carmo que, por sua vez, pertence à Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRH) do rio Piranga. Todas essas bacias integram-se, por sua vez, à Bacia Hidrográfica do rio Doce (UFMG, 2019, p. 100).

<sup>23</sup> Raimundo Otávio da Trindade (1883-1962) nasceu no distrito de Furquim, município de Mariana, sendo batizado em Barra Longa. Ordenou-se sacerdote em 1908 e atuou como pároco por 15 anos em Barra Longa. Foi nomeado cônego em 1917, passando também a lecionar no Seminário de Mariana, além de exercer cargos no Cabido da Catedral. Veio a tornar-se secretário da Arquidiocese e diretor do Arquivo Diocesano; ocupou também a função de Diretor do Instituto Propedêutico em Ponte Nova, onde foi também vigário. Desde 1944, dirigiu o Museu da Inconfidência.

<sup>24</sup> Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos (1843-1927) nasceu na cidade de Mariana. Era monarquista vinculado ao Partido Conservador Mineiro, tendo atuado por várias legislaturas como deputado geral e provincial, além de exercer o cargo de presidente de província. Desde a década de 1870, exerceu a função de jornalista, e com o advento da República, afastou-se da política, passando a exercer a advocacia, além do jornalismo. Escolhido como orador perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, também era membro do IHGB e de outras agremiações intelectuais.

seu leito e nas montanhas ao redor. Entre o final do século XVII e início do XVIII, era considerado “um rio caudaloso e com perigo” (TRINDADE, 1962, p. 32), alvo de “descobertas e fundações” (VASCONCELOS, 1974, v. 1, p. 185).

A denominação “Gualacho do Norte” foi atribuída por Diogo de Vasconcelos a um derivativo do vocábulo indígena *Iguarachué*, “que quer dizer poço do carumbé quebrado (*Iguá* - poço; *chúe* - carumbé; *rá* - quebrado). Carumbé era uma espécie de tartaruga, que os índios comiam quebrando-lhe a casca, e as colhiam e depositavam num poço cercado” (VASCONCELOS, 1974, v.1, p. 252). Ainda segundo o autor, “o nome de Gualaxo [...] que se tornou mais falado nas povoações importantes que se criaram em derredor, foi-se estendendo a todo rio” (VASCONCELOS, 1974, v.1, p. 252-253).

Investigações mais contemporâneas apontam a ocupação de vasto território, a leste do rio Grande (hoje rio Paraná), desde as proximidades do rio Nhanduí (atualmente, rio Anhanduí-Guaçu, no Estado de Mato Grosso do Sul) (PRESOTTI, 2008, p. 236), pelos índios “Gualacho”<sup>25</sup>. Tais autóctones não pertenciam à etnia tupi-guarani, majoritariamente aldeada pelos jesuítas, e alguns de seus grupos viveriam “a quatro dias da missão de São Paulo” (TOMMASINO, 1995, p. 60)<sup>26</sup>. Junto com os “[...] Guayanás, Guañanas, Guayanases, Cabelludos e Coronados, pertenceriam ao tronco linguístico Jê, [o que pode ser percebido] a partir das distinções elaboradas pelos próprios jesuítas, não raro plenamente cientes das diferenças entre os grupos” (MOURA, 2013, p. 17)<sup>27</sup>. Posteriormente, segundo o antropólogo Alfred Métraux, os

---

<sup>25</sup> Em 1953, a Associação Brasileira de Antropologia estabeleceu que os nomes de povos e de línguas indígenas fossem empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero nem de número, cf. OLIVEIRA, 2009. p. 1. O autor cita como referência a *Revista de Antropologia*, v. 2, n. 2, p. 150-154, 1954.

<sup>26</sup> A autora cita como referência MÉTRAUX, Alfred. *The caingang*. Handbook of South American Indians. Washington: 1946.

<sup>27</sup> A autora cita como referência BAPTISTA, Jean T. *O temporal: sociedade e espaços missionais*. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009. p. 110. Infelizmente, a linguística do Gualaxo foi perdida, cf. MOURA, 2013, p. 115.

Gualachos receberam a denominação de Kaingáng (TOMMASINO, 1995, p. 60)<sup>28</sup>. Em paralelo, a ancestralidade da presença indígena na região do rio Gualaxo do Norte, resistente nesse topônimo, é também vagamente rememorada pela população local:

- A senhora sabe por que tem esse nome Gualacho?
- Num sei... é uma origem indígena... mas eu num sei o significado de Gualacho.
- Por que a senhora acha que é indígena?
- Ah... era mais dele a ortografia... Gualacho... pode ser que eu esteja enganada... num sei. (SEABRA, 2004, p. 196).

Na tentativa de avançar pelas lacunas nas políticas patrimoniais oficiais e mesmo nas escritas historiográficas matriciais de Minas Gerais, estamos propondo uma abordagem diferenciada do Gualaxo do Norte – por meio das sonoridades. É interessante observar, inclusive, que o próprio Diogo de Vasconcelos nos fornece um indicativo nesse sentido – adotando uma modalidade de escrita histórica que, sem desconsiderar a importância da consulta documental (já referendada pelos padrões de cientificidade do início do século XX), também preserva uma narrativa com “grande carga romântica, performática e melancólica” (SILVA, 2013, p. 88)<sup>29</sup>, ele menciona as sonoridades como um fator de singularidade histórica da região do Gualaxo do Norte: “A acirrada busca de ouro junto ao Gualaxo do Norte e seus córregos deu lugar à

---

<sup>28</sup> Segundo dados do “Portal Kaingáng”, “Atualmente os Kaingáng ocupam pouco mais de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma população hoje estimada em torno de 50 mil pessoas”. Disponível em: [http://www.portalkaingang.org/index\\_povo\\_1default.htm](http://www.portalkaingang.org/index_povo_1default.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

<sup>29</sup> Segundo o historiador Rodrigo Silva, tal formato de escrita da história mineira por Diogo de Vasconcelos talvez implicasse uma tentativa de “conceber o passado como algo que ainda poderia ser reavivado no presente [...]”; sua evocação manteria as tradições vivas, “sendo capaz de fortificar, se não criar, a identidade do povo mineiro e impulsionar para a civilização” (SILVA, 2013, p. 84-85; 120).

invasão dos filibusteiros em tal desordem que desse arraial fizeram o mais barulhento lugar da antiguidade (1702)” (VASCONCELOS, 1974, v. 1, p. 181).

### **3. Ensino de História baseado nos registros histórico-sonoros do Gualaxo do Norte**

Buscando maior imbricação entre a pesquisa das sonoridades na constituição histórico-social do entorno do Gualaxo do Norte e o ensino de História, elaboramos dez textos de cunho didático sobre essa temática, voltados para o segundo segmento do ensino fundamental.

Para tanto, partimos de um debate conceitual sobre a expressão “sonoridade”, a qual se apresenta como relativamente nova no vocabulário acadêmico, além de se encontrar dotada de grande polissemia semântica (CASTRO, s. d.). De forma geral, compreende-se como “sonoridade” uma gama extremamente variada de sons – os advindos dos ecossistemas, os que são promovidos por objetos e máquinas e aqueles diretamente procedentes de intervenções humanas. Neste último caso, as sonoridades podem ser expressas sob formas verbais (falas, gemidos, gritos, soluços, silêncios...), musicais (instrumentais e de canto) ou híbridas (numa mescla de diversos ou mesmo de todos esses elementos). E, de forma particular, as sonoridades também comportam os silenciamentos<sup>30</sup>. Logo, a abordagem das sonoridades tangencia, sem se confundir, os estudos que entrecruzam linguagem musical e conjunturas histórico-sociais<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Recentemente, o historiador francês Alain Corbin estudou o “outro” dos sons, o silêncio, reafirmando o caráter histórico do ouvir e do silenciar (CORBIN, 2019).

<sup>31</sup> As pesquisas que elegem as produções musicais como temática de estudo têm se dedicado a interpretar não os sons ou as sonoridades propriamente ditos, “apresentados na realidade de modo caótico e irregular, na forma de ruídos”, e sim uma particular configuração das sonoridades, na qual elas se encontram “sobrepostas umas às outras de forma harmônica e aliadas aos ritmos e timbres, [...] e as denominamos ‘música’. [...] O

Em paralelo, o termo “sonoridade”, empregado como noção operatória, prioriza a interpretação dos significados histórico-culturais conferidos às vibrações físico-acústicas dos sons produzidos/escutados por diferentes agentes no bojo de relações de saber-poder ao longo da existência social<sup>32</sup>. Observa-se, portanto, que sonoridade e escuta se apresentam como duas noções em interface indissociável<sup>33</sup>.

Ao pesquisarmos sobre as sonoridades do entorno do Gualaxo do Norte, chegamos a nos surpreender como elas permitem ao historiador avançar no questionamento dos moldes em que os inventários ainda são promovidos e em como a política patrimonial oficial é tecida. Para tanto, nos debruçamos principalmente sobre dois grupos de fontes publicadas ao longo dos séculos XVIII e XIX.

O primeiro grupo desses registros, a despeito da diversidade de sua denominação textual (geografias descritivas, corografias, memórias históricas...), consiste em produções letradas que, de maneira geral, entrecruzavam a abordagem histórico-cronológica com a geográfico-espacial, com base no enfoque local (lugar singularizado). Tais modalidades de escrita implicavam a posse de um conhecimento prático, indissociável da experiência

---

que denominamos música, portanto, pressupõe condições históricas especiais que na realidade criam e instituem as relações entre som, criação musical, instrumentista e o consumidor/receptor” (MORAES, 2000, p. 211).

<sup>32</sup> Compreende-se como “noção operatória” um termo indicativo de uma prática que, simultaneamente: a) expresse as tensões implicadas nas relações sociais de um período histórico; b) detenha potencial performativo para criação de novas relações; c) permita um emprego heurístico pelo saber científico, de forma que, a partir dele, seja possível elaborar uma teorização sobre sua prática (CERTEAU, 1994, p. 38).

<sup>33</sup> Adotamos, em nossa pesquisa pós-doutoral, a compreensão de escuta sintetizada por Roland Barthes (1990, p. 227-229): “A escuta inclui em seu campo não apenas o inconsciente, no sentido tópico do termo, mas também, se assim podemos dizer, suas formas leigas: o que é implícito, indireto, suplementar, retardado: há uma abertura da escuta a todas as formas de polissemia, de diferentes motivações, de superposições, há um dismantelamento da lei que prescreve a escuta única. [...] Esta noção aparentemente modesta (a escuta não figura nas antigas enciclopédias, não pertence a nenhuma disciplina reconhecida) é como um pequeno teatro onde se confrontam [...] o poder e o desejo”.

vivida por parte daquele que escrevia ou, ao menos, de quem lhe forneceu as informações que foram compiladas; a prática, portanto, é uma mediação crucial entre a dimensão empírica e a reelaboração do vivido no plano do saber (KODAMA, 2008, p. 376-379). Tais escritos tanto podiam reiterar a ordem político-econômica vigente, sendo inclusive dedicados a gestores administrativos das localidades, como os governadores da capitania ou da província (ARAÚJO; SILVA, 2012, p. 43), como poderiam, por meandros retóricos, exprimir os descontentamentos da elite local com essa mesma ordem (FURTADO, 2009, p. 183)<sup>34</sup>.

Um segundo grupo de fontes compreende os relatos de viagem empreendidos por estrangeiros. Promovidos, em sua maior parte, a partir da segunda década do século XIX, em um contexto de “redescoberta” do Novo Mundo, no contexto das emancipações políticas das Américas, esses relatos consistiam em um importante auxiliar das atividades comerciais e disponibilizavam acuradas descrições do meio natural, dos costumes e da política imperiais no Brasil. Estavam demarcados, sem dúvida, por marcantes perspectivas etnocêntricas, segundo os ideários hierárquicos de civilização, civilidade e progresso. Alguns desses escritos conferiam atenção ao que consideravam “muitos ruídos”, como os das cerimônias católicas festivas e dos foguetórios a elas associados (LIMA, 2012, p. 68).

Por sua vez, as menções que tais fontes dedicaram às sonoridades nas imediações do Gualaxo do Norte foram entendidas por nós como “indícios”, concepção bastante difundida por Carlo Ginzburg<sup>35</sup>: “As perguntas dos historiadores transformam a documentação em indícios. A partir daí emergem

---

<sup>34</sup> A autora cita, como exemplos, a simples menção da posse de um governador (sem maior explanação ou elogio a seus feitos), ou pelo não emprego de formas de tratamento dignificantes (como dom ou ilustríssimo) aplicadas a autoridades de períodos anteriores.

<sup>35</sup> Como obra emblemática desta proposta, pode-se citar “Sinais. Raízes de um paradigma indiciário”, que teve sua primeira edição publicada em 1979.

os filtros narrativos, as narrativas (ênfase o plural)” (GINZBURG, 2016, p. 13). Provinda do campo da semiótica, essa documentação remete a uma experiência efetivamente existente, porém não imediatamente perceptível ou capturável; consiste em uma evocação pela ausência. Assim,

[...] um índice é um signo que possui uma conexão direta com o seu objeto, sendo afetado por ele. Uma pegada na areia ou um termômetro são exemplos de índices que apontam para a existência de objetos (no caso, a passagem de um animal por aquele local ou a condição de temperatura de uma região). Índices estão relacionados com a ideia de rastros ou ruínas (RIBEIRO, 2018, p. 61)<sup>36</sup>.

Pudemos, dessa maneira, mediados por redatores setecentistas e oitocentistas, deparar continuamente com rios e córregos, que os viajantes locais ou estrangeiros necessitavam atravessar a vau ou em canoas e pequenas balsas. Eram inúmeros os cursos d’água que atravessavam as terras mineiras, os quais “umas vezes correm mansos e serenos sobre espaçosas praias, outros se estreitam entre apertadas e alcantiladas serras com fragor e ruído; aqui desaparece à vista e não se vê mais rio, ali ressuscita ao longe e escumando com fúria” (COUTO, 1994 [1799], p. 54). As trilhas e os caminhos que recortavam o território geralmente acompanhavam ou cruzavam o curso de córregos e ribeiros (FURTADO, 2008, p. 24). Por vezes, quando “a natureza inteira estava mergulhada nessa quietude que torna tão deliciosas as noites dos trópicos, [...] não se ouvia outro ruído além das águas batendo nos rochedos” (SAINT-HILAIRE, 2000 [1830-1851, 8v.]. p. 288).

Os sons dos rios entrecruzavam-se ao impacto sonoro provocado pelas quedas d’água, algumas das quais, “mesmo [...] pequenas [e] a distância”, podiam ser ouvidas “caindo sobre pedras” (POHL, 1976 [1823 e1837], p. 405).

---

<sup>36</sup> Os indícios, dessa maneira, indicam propriedades dos objetos e “apontam para singularidades e ocorrências únicas no tempo” (RIBEIRO, 2018, p. 130).

Cascatas e cachoeiras produziam “estrondo” (SPIX; MARTIUS, 1976 [1824-1832], p. 168)<sup>37</sup> antes de “precipitar[em]-se, sob os passos de nossas mulas, no abismo [...]” (DE COURCY, 1997 [1886], p. 71). E, alternando-se a esse ressoar, também podia ser ouvido, “em diversos pontos [...], o estrondo de águas subterrâneas, que correm entre fendas e talhas de pedra, e finalmente aparecem embaixo, como frescas nascentes” (SPIX; MARTIUS, 1976 [1824-1832], p. 220). Enfim, em toda a parte das terras de Minas, as águas compunham “um espetáculo sonoro inesquecível” (FURTADO, 2008, p. 24).

Mesmo nas proximidades das áreas urbanas, os sons do Gualaxo do Norte eram diuturnamente escutados pelos moradores dos arraiais erguidos em suas margens (VIANA, 2011, p. 29). Não obstante, a ocupação colonial foi, paulatinamente, alterando tais sonoridades: junto aos rios, por exemplo, lavadeiras entoavam as cantigas ritmadas, enquanto esfregavam e batiam as roupas nas pedras... (FURTADO, 2008, p. 53). Mudanças no audível se fizeram sentir, sobretudo, devido à extração do minério: nas margens dos ribeirões, podia-se ouvir o atrito dos pequenos seixos com a areia molhada no ato da faiscação (metálico no estanho e surdo na madeira) (VIANA, 2011, p. 30); nas encostas das montanhas, reverberava a batida do maquinário (como o rosário hidráulico e o pilão) ou a quebra da rocha provocada pelo choque térmico do escorrer da água fria sobre as pedras aquecidas com fogo (FONSECA, 2004). Outros tantos sons advinham de outras tantas técnicas empregadas na mineração, bem como das sociabilidades e conflitos que se faziam presentes junto às lavras, catas, grupiaras e minas da região.

Tais sonoridades atravessaram, de distintas maneiras, uma temporalidade secular, reverberando até às vésperas da ruptura da Barragem

---

<sup>37</sup> O estrondo das águas na região mineira também foi mencionado POHL, 1976 [1823 e 1837], p. 99.

de Fundão, como narrado por um dos moradores do povoado soterrado de Bento Rodrigues:

Bem na beira da estrada e subindo um pouco, no meio da mata, havia duas lagoas. Uma menor, que a gente chamava de “poço”, e a outra, “lagoa santa”, que era formada pelas águas que vinham das nascentes. A gente chamava de lagoa santa por causa dos que contavam, que lá existia uma igreja que afundou. [...] Usávamos o poço para nadar, e as pessoas que moravam no cascalho (à beira rio) também iam lavar roupa. Aos domingos, quando tinha futebol, o pessoal até ia beber daquela água. Se ela era santa, no sentido milagroso do termo, eu acho que era. Ela reunia as pessoas do Bento [Rodrigues]. De alguma forma, a água pura juntava a gente. Quem era de cima, quem era de baixo. E também tinha música lá, dos sons de carros, dos cantores e cantoras de beira de lagoa. Era um ritmo, da água, do som, era o nosso ritmo (SALES; MUNIZ; PASCOAL, 2018).

Justamente por comportar tal abrangência temporal (que se estende do final do século XVII à atualidade), optamos por produzir relatos sobre as sonoridades históricas do Gualaxo do Norte em afinidade com a noção de processo histórico, entrecruzando assim permanências e discontinuidades. Como esse material didático se volta, sobretudo, para o segundo segmento do ensino fundamental, consideramos importante construir, junto aos estudantes, tal interpolação:

[...] é preciso sempre considerar que o tempo não se apresenta à compreensão humana apenas como devir (como algo que se movimenta e traz transformações), mas também como extensão, isto é, como algo que perdura. Uma determinada extensão ou período de tempo, ao ser comparada com períodos anteriores, tanto parece introduzir mudanças como reatualizar permanências, fazendo surgir, assim, as ideias de ruptura, continuidade, discontinuidade. [...] Nessa perspectiva, é necessário construir um diálogo [com] [...]o ensino de história com o objetivo de problematizar as possíveis concepções presentes no imaginário do grupo de participantes, de forma que sejam feitas intervenções e que essas percepções e o

entendimento das relações de temporalidades sejam complexificados (FORNEK, 2017, p. 22)

Nosso procedimento seguinte foi elencar o próprio rio Gualaxo do Norte como protagonista-narrador dos textos didáticos. Com isso, visamos prover seu reconhecimento como agente sonoro, noção que vem sendo empregada em reflexões teóricas da musicologia na tentativa de superação da dicotomia sujeito ouvinte/objeto sonoro. A pianista e etnomusicóloga brasileira Rosângela Tugny considera que

[...] os objetos [mas também as expressões, como as sonoridades] podem ser pensados como pessoas, por terem capacidade de mediar relações entre sujeitos. Capacidade que não é inata, estanque, predeterminada, e sim relacional. [...] a “agência” de um objeto, como venho formulando aqui, é algo paradoxal: se objetos possuem agência, deixam de ser objetos ou, podemos também pensar de forma inversa: artista-compositor e objetos sonoros se tornam assim todos objetos (TUGNY, 2015, p. 339).

A autora se reporta, por sua vez, às proposições do antropólogo Alfred Gell que, deslocando sua abordagem sobre arte do viés de símbolos e significados, ou seja, da comunicação simbólica, para a “agência, intenção, causação, resultado e transformação” (GELL, 2009, p. 251)<sup>38</sup>, passa a considerar objetos da arte aqueles que emergem na matriz de relações sociais nos quais estão inseridos – “não há uma natureza “intrínseca”, independente do contexto relacional [...] na verdade, qualquer coisa poderia ser tratada como objeto de

---

<sup>38</sup> O autor prossegue afirmando na p. 252: “Encaro a arte como um sistema de ação cujo fim é mudar o mundo, e não codificar proposições simbólicas a respeito do mundo. A abordagem da arte centrada na “ação” é inerentemente mais antropológica do que a abordagem semiótica alternativa, porque se preocupa com o papel prático de mediação que desempenham os objetos de arte no processo social, e não com a interpretação dos objetos “como se” eles fossem textos”.

arte do ponto de vista antropológico, inclusive pessoas vivas” (GELL, 2009, p. 252).

A escolha do rio Gualaxo do Norte como narrador de um relato histórico pode mostrar-se, à primeira vista, como paradoxal, dado que, na experiência cotidianamente vivida, rios não proferem enunciações com voz e linguagem humanas. Porém, para o crítico literário Tzevan Todorov, o relato fantástico não se encontra totalmente dissociado do existente, apenas opera nele segundo modalidades próprias:

Chegamos assim ao coração do fantástico. Em um mundo que é o nosso, que conhecemos, sem diabos, sílfides, nem vampiros, se produz um acontecimento impossível de explicar pelas leis desse mesmo mundo familiar. Quem percebe o acontecimento deve optar por uma das duas soluções possíveis: ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto de imaginação, e as leis do mundo seguem sendo o que são, ou o acontecimento se produziu realmente, é parte integrante da realidade e, então, esta realidade está regida por leis que desconhecemos (TODOROV, s.d. p. 15).

Ainda para Todorov, a maneira pela qual reagimos ao desconhecido também suscitará uma repartição do gênero relato fantástico, assim nomeado: fantástico-estranho e fantástico-maravilhoso. “Fantástico-estranho” são aqueles acontecimentos sobrenaturais que recebem uma explicação sob o perfil da racionalidade ocidental, enquanto que “fantástico-maravilhoso” são as histórias em que o sobrenatural é aceito como tal. (TODOROV, s.d., p. 23-31). Os textos produzidos se alinham, em nosso entender, como fantástico-estranho, pois a conferência de um ato de fala (ainda que de forma “ventríloqua”) ao rio Gualaxo do Norte<sup>39</sup> apresenta-se, claramente, como um ato de imaginação, mas não de transcendência do âmbito ontológico da existência.

---

<sup>39</sup> Cf. ZILBERMAN, 2000. p. 112: “Triste sina a do historiador: dar vida ao texto, recuperar a memória de uma linguagem à primeira vista morta, ressuscitar o que foi perdido e, enfim,

Destarte, o imaginário faz parte da experiência, da interpretação e do ensino de História, inclusive no tocante às sonoridades, como postula o historiador José Geraldo Vinci de Moraes: “é fundamental perceber e retirar do registro escrito um mundo sonoro ali silencioso, uma vez que não se escutam nele a estridência dos ruídos, a altura da fala, o volume do som, o barulho do vento, o grito da multidão ou do vizinho, a beleza da voz do cantor, o instrumento desafinado e assim por diante” (MORAES, 2018, p. 131). Permitimo-nos, com fundamento na análise histórica, constituir uma narrativa histórico-didática em que o rio emerge como um hipotético narrador de sua própria trajetória. Afinal, como indica Azemar Soares Jr.:

Nós, professores, competimos com uma indústria cada vez mais potente de produção de imaginação [...]. Tomando os devidos cuidados, [...] [podemos] usar esses recursos a nosso favor [...] a partir do conteúdo discutido, selecionam[os] [nosso] material didático, e com [nossos] alunos, tentam[os] perceber as intencionalidades, as afetividades, os destinos alterados (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 171; 176).

Efetivamente, no espaço escolar, o recurso à utilização da escrita fantástica como viés narrativo, inclusive pelo ensino de História<sup>40</sup>, decorre, em parte, do esforço promovido pelos docentes em dialogar com os interesses dos estudantes:

Notamos, a partir desse diagnóstico, que as preferências dos pré-adolescentes giravam em torno dos livros que eram referendados como os mais lidos pela sociedade, dentre eles as narrativas fantásticas contemporâneas. E o que mais se destacou foi o fato de esses alunos relacionarem as escolhas de

---

dar sentido a tudo isso, sem deixar-se infiltrar a menor suspeita de que tudo resulta dos artifícios do próprio historiador, estranho ventríloquo que pode estar apenas emprestando sua voz a um texto mudo, silenciado pelo peso do tempo, de sonoridade irrecuperável”.

<sup>40</sup> Uma menção ao emprego da literatura fantástica no ensino de História encontra-se em: SILVA, 2017.

leitura às suas vidas, a fim de buscar uma proximidade entre a obra e o cotidiano (GUERRA, 2014).

Os textos didáticos por nós produzidos foram narrados por Mariana Bicalho Camelo, que verbalizou, no feminino, a voz do rio Gualaxo do Norte.<sup>41</sup> Observe-se que, em tradições ancestrais, como as ameríndias e os afro-brasileiros, a água é relacionada a atributos comumente associados a esse gênero, como a fecundidade, a sensibilidade afetiva, a expressão de dimensões misteriosas da vida e a incrível combinação entre fluidez e resistência<sup>42</sup>.

A essa narração, foram acrescentadas sonoridades dos ecossistemas, das práticas sociais, das musicalidades, captadas de registros contemporâneos disponíveis na internet (de domínio público ou utilizados mediante autorização), cujo levantamento também ficou a cargo de Mariana Bicalho Camelo. Uma vez promovidas as gravações, elas foram editadas e transpostas para QRCode, em dupla atuação técnica de Laura de Figueiredo I. Ribeiro<sup>43</sup>.

Esse material seria empregado em um projeto que estava sendo formulado em parceria entre professores de História e Música da UFOP e docentes integrantes da Secretaria Municipal de Educação de Mariana (com possível inclusão da Secretaria Municipal de Educação de Barra Longa), voltado à produção de textos sobre a história desses municípios com base em abordagens histórico-sonoras (e também de outras linguagens, como a iconográfica e a cartográfica). Contudo, tal projeto teve de ser suspenso devido

---

<sup>41</sup> Agradecemos também ao pós-graduando Isaías Gabriel Franco por ter procedido à narração da voz de viajante estrangeiro na região do Gualaxo do Norte.

<sup>42</sup> Para uma minuciosa descrição das entidades femininas ameríndias, africanas e afrodescendentes associadas à água, consultar: MARTINI, 2017.

<sup>43</sup> Apresentamos, anexos a este artigo, os dois primeiros QRcodes produzidos. As suas fichas técnicas estarão disponíveis na página do Laboratório de Práticas Pedagógicas do curso de Licenciatura em Música da UFOP.

à eclosão da pandemia de Covid19<sup>44</sup>. Optamos, assim, por escrever este artigo, como maneira de não desistirmos do enfrentamento de problemáticas acerca da educação e do ensino de História na conturbada conjuntura do Brasil contemporâneo<sup>45</sup>.

#### 4. Considerações finais

Finalizamos este artigo apresentando a conclusão a que pudemos chegar nessa etapa de nossa pesquisa de pós-doutorado. Consideramos, em primeiro lugar, bastante procedente problematizar a interligação das sonoridades que ecoavam nas margens do Gualaxo do Norte com dinâmicas de uma colonialidade<sup>46</sup>. Desde o final do século XVII, “esses sons muitas vezes permitiam aproximar o Velho Mundo, trazendo para mais perto as imagens da sociabilidade europeia, ‘civilizando’ a sociedade [...]; noutras vezes refletiam a alteridade que caracterizava o ‘viver em colônias’” ou em um império de dinastia lusitana (FURTADO, 2008, p. 12). Reelaboradas sob as novas configurações históricas do capital globalizado, as sonoridades que reverberavam nas proximidades do Gualaxo do Norte adquiriram trágicos contornos na conjuntura de 2015, quando a baixa dos preços das *commodities* minerais, acompanhada pelo aumento expressivo da extração à revelia dos

---

<sup>44</sup> Mesmo o estágio pós-doutoral, que estaria conferindo importantes subsídios para sua efetivação, viu-se seriamente comprometido em decorrência dessa pandemia.

<sup>45</sup> Aproveitamos para agradecer penhoradamente à Profa. Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha, pelo convite e incentivo à elaboração deste texto. Tal incitação foi de fundamental importância para não desistirmos.

<sup>46</sup> Colonialidade do poder é um conceito desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano em 1989, através do qual ele afirma que as relações de subordinação nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. Assim, devido às estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial, atualizam-se processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade. O conceito de colonialidade foi estendido a diferentes âmbitos, desdobrando-se em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. (BALLESTRIN, 2013)

riscos, conduziu à queda da Barragem de Fundão, entre outros eventos fatídicos no Brasil e no mundo.<sup>47</sup>

Os sons em Bento Rodrigues aos finais de semana eram tradicionais: crianças brincando pelas ruas, pequenos bate-papos com vizinhos e amigos em frente de casa, festas e reuniões familiares. Com tudo debaixo da lama, o dia 6 de novembro [de 2015] era para ser o mais silencioso do pequeno povoado mineiro. Mas, dessa vez, o ambiente de Bento Rodrigues foi preenchido pelo barulho de helicópteros e grupos de resgate, que circulavam pelo vilarejo à procura de sobreviventes (LAGE, s. d.).

De forma concomitante e reportando-nos, como base, à reflexão teórica de Michel de Certeau, também postulamos que as sonoridades possam ser abordadas pelo historiador/professor de História em suas operações concomitantes e paradoxais: elas tanto podem favorecer o controle e expropriação de subalternidades, como potencializar desvios e resistências. Por consistirem em uma mediação simultaneamente sensível (material) e significativa (simbólica), ao serem associadas a tais espacialidades e sujeitos (ou apropriada por eles), cogitamos que as sonoridades atuem, segundo uma expressão delineada por Michel de Certeau, como uma “autoridade”:

A autoridade “autoriza” – ela não é exatamente uma determinação. Ela torna possível o que não o era. Como tal, ela “permite” outra coisa, da maneira como um poema ou um filme inaugura uma percepção que não seria possível sem ele: depois, não vemos mais, não pensamos mais da mesma maneira. Em ótica similar, o que a autoridade suscita de novo, não é redutível a ela mesma, não é mera repetição de si (CERTEAU, 1987, p. 110-111. Tradução dos autores).

---

<sup>47</sup> A exemplo do rompimento da Barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A., localizada no município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019.

Almejamos, por fim, que abordagens histórico-sonoras possam constituir-se, tanto na historiografia como no ensino de História, em mediações para a prática que o filósofo Jacques Rancière denominou como “partilha do sensível”:

[...] esse corte e recorte dos espaços e dos tempos, do visível e do invisível, do barulho e da palavra constituem o que chamo de partilha do sensível. A política consiste em reconfigurar a partilha do sensível que define o comum de uma comunidade, em nela introduzir novos sujeitos e objetos, em tornar visível o que não era visto e fazer ouvir como falantes os que eram percebidos como animais barulhentos (RANCIÈRE, 2010, p. 21).

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de; SILVA, Thiago Henrique Mota. Rústicos e civilizados: representações da sociedade, do espaço e do homem mineiro. **Cordis**. Comunicação, Modernidade e Arquitetura, n. 8, jan./jun. p. 33-68, 2012.

ARCURI, Marcia; LAIA, Paulo Otávio; SUÑER, Rodrigo. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, v. 24, n. 1/2, p. 209-244, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/article/view/6267/3856>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BARTHES, Roland. *Musica practica*. In: **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CASTRO, Guilherme Augusto Soares de. **O conceito expandido da sonoridade como ferramenta para entender o processo de criação musical em estúdio**. Disponível em: [https://www.academia.edu/4613485/O\\_conceito\\_expandido\\_da\\_sonoridade\\_como\\_ferramenta\\_para\\_entender\\_o\\_processo\\_de\\_cria%C3%A7%C3%A3o\\_musical\\_em\\_est%C3%ADio](https://www.academia.edu/4613485/O_conceito_expandido_da_sonoridade_como_ferramenta_para_entender_o_processo_de_cria%C3%A7%C3%A3o_musical_em_est%C3%ADio). Acesso: 12 fev. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **La faiblesse de croire**. Paris: Seuil, 1987.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA2c%20Marcia%20R\\_%20Fundando%20a%20Nacao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA2c%20Marcia%20R_%20Fundando%20a%20Nacao.pdf). Acesso em: 2 jul. 2020.

CORBIN, Alain. **Historia del silencio**. Del Renacimiento a nuestros días. Barcelona: Acantilado, 2019.

COUTO, José Vieira. **Memória sobre a capitania das Minas Gerais**: seu território, clima e produções metálicas. Sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente no Brasil. Sobre o comércio e exportação de metais e interesses régios. Transcrição e pesquisa histórica por Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994 [1799].

DE COURCY, Ernest. **Seis semanas nas minas de ouro do Brasil**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Estudo crítico de Douglas Cole Libby. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997 [1886].

FORNEK, Mara Betina. **Ensino de História, noções de tempo e relações de temporalidade**: uma experiência de formação continuada com professores de história de Arroio do Meio/RS. 2017. 97f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017,

FURTADO, Júnia Ferreira. Os sons e os silêncios nas Minas de Ouro. *In*: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**: Europa, Américas e África. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/Fapemig; PPGH-UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, jul.- dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/09.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

GELL, Alfred. Definição do problema: a necessidade de uma antropologia da arte. **Poiesis**, v. 10, n. 14, p. 243-259, 2009. Disponível em: [http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis14/Revista\\_Poiesis\\_TradAntropologia.pdf](http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis14/Revista_Poiesis_TradAntropologia.pdf). Acesso em: 2 jun. 2020.

GINZBURG, Carlo. Entrevista. Texto de apresentação, elaboração das questões e tradução: Profs. Araguaia Solange de Souza Roque, Humberto Perinelli Neto e Rodrigo Ribeiro Paziani. **Tempos Históricos**, v. 20, p. 12-19, 1º sem. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/14675-53390-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>. Acesso em 14 jul. 2020.

GUERRA, Élide Ferreira. A narrativa fantástica na aprendizagem escolar. **Olhares & Trilhas**, n. 19, p. 61-68, jan.-jun. 2014.

KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. **Escritos II** – Revista da Casa Ruy Barbosa, Rio de Janeiro, n. 2, p. 373-395, 2008. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB\\_Escritos\\_2\\_17\\_Kaori\\_Kodama.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_17_Kaori_Kodama.pdf). Acesso em: 02 fev. 2020.

LAGE, Nilmar. O adeus a Bento Rodrigues. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/marcas-da-lama/bento-rodrigues/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LIMA, Kleverson; MUNIZ, Lucimar. Nossa memória, nosso patrimônio. **A Sirene**, 15 jun. 2017. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_junho\\_ed15\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_junho_ed15_issuu). Acesso em: 8 jun. 2020.

LIMA, Lílian Martins de. **O Brasil na historiografia inglesa dos anos joaninos**. Tese (Doutorado em História). 2012. 165f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

MARTINI, Gerlaine. Faces da mãe d’água: saberes da conservação. **Calundu**, v. 1, n.2, jul-dez 2017. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/7633/6302>.  
Acesso em: 3 ago. 2020.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Escutar os mortos com os ouvidos. Dilemas historiográficos: os sons, as escutas e a música. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 109- 139, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v19n38/2237-101X-topoi-19-38-109.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2987.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

MOURA, Gabriele Rodrigues de. **Señores de la palabra**: histórias e representações na obra de Antonio Ruiz de Montoya (1612- 1652). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. **Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais**: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 171f. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado; apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 [publicação inicial em 2 volumes, em 1823 e 1837].

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

**Portal Kaingáng**. Disponível em: [http://www.portalkaingang.org/index\\_povo\\_1default.htm](http://www.portalkaingang.org/index_povo_1default.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. Mariana, 2009. Disponível em: <https://www.compat.info/bens-inventariados>. Acesso em: 18 maio 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA. **Inventário de Patrimônio**. 2017. Disponível em: <https://www.barralonga.mg.gov.br/images/divulgacao-sobre-patrimonio-cultural.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul. Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)**. 2008. 278f. Tese (Doutorado em História). UnB, Brasília, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. **Devires**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.14-36, jul./dez. 2010. Disponível em: [https://issuu.com/revistadevires/docs/devires\\_v7n2](https://issuu.com/revistadevires/docs/devires_v7n2). Acesso em: 5 abr. 2020.

RIBEIRO, Daniel Melo. **Limiões da cartografia: deambulação, arqueologia e montagem no mapeamento de lugares**. 2018. 300f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RIZZI, Philippo. De Certeau, um “sujeito de inquietação verdadeira”. **IHU On-Line**, 12 jan. 2016. Disponível em: <http://ihu.unisinos.br/noticias/550739-de-certeau-um-qsujeito-de-inquietacao-verdadeiraq>. Acesso: 12 jun. 2019.

ROCHA, Claudia Maria de Holanda. **Escutando a cidade: cartografia de sonoridades**. 2017. 167f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1830-1851, 8v.].

SALES, Andreia; MUNIZ, Marinalda; PASCOAL, Genival. Era na Água Santa. **A Sirene**, 4 abr. 2018. Com apoio de Miriã Bonifácio. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2018/04/04/era-na-agua-santa>. Acesso em: 7 mar. 2020.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo**. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Ivson Bruno da. Literatura fantástica, história e ensino: assombrações pernambucanas na sala de aula. **Encontros de Vista**, Recife, v. 20. n. 2, p. 59-68,

jul.-dez. 2017. Disponível em:  
[http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/artigo\\_7\\_20.pdf](http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/artigo_7_20.pdf). Acesso em: 15  
jul. 2020.

SILVA, Rodrigo Machado da. **Entre antigos e mineiros**: Diogo de Vasconcelos e a história da civilização mineira. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Ensino de história e sensibilidade: o ver, o ouvir e o imaginar nas aulas de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 02, p. 167-190, jul.-dez. 2019.

SOUZA, Leonardo Andrade de. **Diagnóstico do meio físico como contribuição ao ordenamento territorial do município de Mariana (MG)**. 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2004.

SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer, revista por B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3. ed. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1976 [1824-1832].

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingáng da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. 351f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TODOROV, Tzetvan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Digital Source, s. d. Disponível em:  
<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/2260559.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019. A primeira edição deste livro, em francês, data de 1970.

TUGNY, Rosângela Pereira de. Agência dos objetos sonoros. **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 31, p.322-344, 2015. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/pm/n31/1517-7599-pm-31-0322.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

UFMG/ICOMOS. **Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues**. Belo Horizonte: 2019. Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>. Acesso em 6 ago. 2019.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v.1.

VIANA, Fábio Henrique. **A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711-1822)**. Tese (Doutorado em História). 2011. 203f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ZILBERMAN, Regina. O Diabo e a Terra de Santa Cruz ou quando a história se faz na voz de seus agentes. *In*: DECCA, Edgard Salvatori de; LEMAIRE, Ria (org.). **Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura**. Campinas/Porto Alegre: Ed. da Unicamp/Ed. da UFRGS, 2000.

## ANEXOS

### GUALAXO DO NORTE PELOS RELATOS HISTÓRICO-SONOROS

1. Minas dos Cataguás



2. A chegada dos sertanistas em busca de ouro



Recebido em Setembro de 2020.

Aprovado em Outubro de 2020.